



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 23-11-19

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Bom dia. Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e presidindo esta audiência pública declaro abertos os trabalhos, sendo esta a 10ª audiência regional para discutir o Projeto de Lei 647/2019, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2020, sobre as Subprefeituras Ipiranga, Vila Mariana e Sé.

O calendário das audiências públicas do Orçamento está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 18 de outubro e em dois jornais de grande circulação *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* em diversas datas diferentes. Disponibilizamos o calendário no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020/agenda.

As demandas do orçamento, sugestões, reivindicações, também podem ser apresentadas em um formulário, que pode ser retirado junto à Secretaria da Comissão, aqui ao lado ou no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br, que afinal é a *homepage* da Câmara Municipal, saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020 e tem um *link* Dê a sua sugestão.

Vou pedir para os meus colegas de Mesa se apresentarem.

O SR. CAIO VINICIUS DE MOURA LUZ – Bom dia, meu nome é Caio Luz, sou Subprefeito do Ipiranga, quero agradecer, em nome da Vereadora Soninha, a presença da comissão em nosso território, CEU Parque Bristol, que fica na nossa região da Subprefeitura do Ipiranga. Muito obrigado.

O SR. LUÍS FELIPE MIYABARA – Bom dia a todos. Meu nome é Luís Felipe, estou como chefe de gabinete na Subprefeitura Vila Mariana. Infelizmente, o Subprefeito Fabrício Cobra teve um compromisso inadiável, pediu desculpas, as escusas, estamos aqui à disposição. Parabenizar o Parlamento Municipal por estar vindo na ponta, a Vereadora Soninha e agradeço a presença de todos e o convite. Muito obrigado.

O SR. DANILO – Bom dia a todos. Meu nome é Danilo, trabalho na Secretaria da Fazenda, mais especificamente na área de Orçamento e trabalhei ativamente na elaboração dessa Peça, da LOA, em que a gente estima as receitas e fixa as despesas, como a Soninha

bem falou. E o que isso quer dizer para a gente? Que na verdade a gente tem uma quantidade de recurso finito e uma quantidade de demanda infinita. Acho que o processo, essas audiências servem para aprimorarmos esse processo. Por isso, façam as suas demandas, contribuam, dá para fazer *online*, como a Soninha falou. Então, contamos com todos vocês. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, a dinâmica da audiência será a seguinte: primeiro, cerca de dez minutos, vou fazer uma apresentação, um panorama geral do Orçamento, especialmente das três subprefeituras e logo em seguida, a gente abre para a participação de vocês. Regimentalmente, cada pessoa tem direito a três minutos, mas é possível, ainda mais num cenário como este, se inscrever novamente e falar por mais três minutos, se for esse caso.

Pedimos para quem quiser falar, se inscreva, porque tudo isso fica registrado, gravado, tem a transcrição. Se o relator do orçamento quiser consultar, então, quanto mais a gente puder ter o registro exato do que aconteceu aqui hoje, melhor o aproveitamento.

Quero registrar e agradecer a presença do Rodrigo Avelino, assessor parlamentar do Deputado Federal Walter Ihoshi.

Vou falar do Orçamento agora usando o telão e vocês podem me corrigir, se precisar.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Então, primeiro uma apresentação geral da construção do Orçamento. O Orçamento é um projeto de lei, então segue um determinado caminho, um projeto de lei de autoria do Executivo. Outros projetos de lei passam por várias comissões diferentes: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Administração Pública, Comissão de Saúde, Comissão de Educação e assim por diante.

O Orçamento é enviado para a Comissão de Finanças e Orçamento, que tem nove integrantes. Hoje, cada um de nós está conduzindo uma audiência pública em algum lugar da Cidade. Entre esses nove integrantes da Comissão, um Vereador ou Vereadora é designado

Relator do Orçamento. O Relator anunciado essa semana é o Vereador Atílio Francisco e a primeira fase de consulta de audiências públicas é realizada pela Câmara Municipal, porque ao longo do processo o Executivo também convoca algumas audiências públicas antes de enviar o projeto de lei para a Câmara. Depois que ele chega lá, está sob nossa responsabilidade.

Então, estão sendo realizadas as audiências públicas regionais, agrupando subprefeituras, em algumas regiões, e audiências públicas temáticas. As últimas audiências temáticas aconteceram ontem na Câmara Municipal e na segunda-feira terá a segunda audiência geral do Orçamento, em que conforme as indagações e o interesse das pessoas se poderá falar sobre o Orçamento nos seus diversos aspectos.

Então, o Relator submete, faz algumas primeiras sugestões de mudança e submete aos colegas da Comissão de Orçamento e Finanças. Depois que o parecer do Relator é aprovado na Comissão de Finanças é submetido, a primeira vez, à votação em Plenário, onde os 55 Vereadores podem se manifestar.

Depois disso, os Vereadores ainda têm a possibilidade de apresentar as emendas parlamentares. Emendas são indicações feitas pelos vereadores de onde devem ser empregados determinados recursos. Então, cada vereador tem o direito de indicar onde serão empregados, cada um, 4 milhões de reais e aí os vereadores tem alguma liberdade para indicar onde querem que esses recursos sejam aplicados. Alguma liberdade, por quê? Porque tem regras mesmo para isso. Eu não posso indicar uma emenda parlamentar para que a Secretaria da Educação faça um programa que não existe. Então, o recurso que o vereador indica que vá para cá ou para lá tem que se enquadrar em algumas das despesas já previstas no Orçamento.

Então, se eu quiser sugerir, por exemplo, a remodelação de uma praça da Sub do Ipiranga, eu tenho uma descrição onde isso se encaixa e eu coloco, indico, que o recurso vai ser gasto ali naquela dotação orçamentária. Mas, a gente indica e quem faz a execução, de todo jeito, é o Poder Executivo. Às vezes, as pessoas têm a impressão de que emenda parlamentar é um dinheiro que o vereador gasta. Não, emenda parlamentar é um pedaço do

Orçamento que a gente pode direcionar para alguma finalidade. Depois que os vereadores apresentam suas emendas, o Relator analisa, vê se elas estão de acordo, de conformidade com a legislação, com a Peça Orçamentária em geral e aí o Orçamento vai para uma segunda votação em Plenário.

Então, ainda podem acontecer e acontecerão muitas mudanças no projeto de lei, na proposta feita pelo Executivo. Aqui, a gente tem um panorama do acréscimo de receita geral na Cidade. Nesses últimos tempos, a gente tem, para o ano que vem, uma estimativa de receita de 68 bilhões de reais. Uma estimativa. É quanto se projeta arrecadar somando impostos, taxas, contribuições, multas, alienações de imóveis, recursos transferidos do Estado, venda de Cepacs de operação urbana, então, é estimativa. Ela pode não se confirmar. Por isso até no começo do ano, os recursos do Orçamento são liberados a conta-gotas, é o famoso congelamento. Enquanto não se confirma que a receita vai chegar perto disso mesmo, não se sai gastando o dinheiro por conta, exceto as despesas fixas obrigatórias: folha de pagamento.

Esses desembolsos têm que ser feitos, mas aquele recurso para o investimento, aquele a mais da emenda parlamentar demora um tempo até conseguirmos que seja descongelado. Lembrando que o congelamento não é um corte, é uma espécie de “segura” para ver se vamos mesmo ter esse recurso previsto.

Agora começam as más notícias, mas vocês vão ver que há atenuantes.

Este é o orçamento da Subprefeitura de Ipiranga, comparando o que foi orçado para 2019, um valor de 43 milhões de reais. Contando tudo o que já foi liquidado, que já foi cumprido até outubro de 2019, como, por exemplo, uma obra de dez etapas, da qual quatro já foram cumpridas, há um valor de 24 milhões, e a proposta para 2020 é de 37 milhões. Comparando-se o orçado de 2019 com a proposta para 2020, houve uma diminuição, mas esse orçado é o final, já incluídas, por exemplo, as emendas parlamentares. Essa não era a proposta original do governo, mas a já modificada pela Câmara Municipal. O liquidado até outubro está bem perto de ser o total liquidado, porque, afinal de contas, faltam apenas dois meses para terminar o ano.

Não sei se o subprefeito tem a previsão, mas não vamos mesmo gastar 43 milhões desse orçamento original; talvez 24 ou 30. Quando se analisa o que realmente foi gasto pela subprefeitura, a perspectiva de ter 37 milhões de reais é melhor do que o que já foi gasto neste ano. E acreditem que conseguir gastar faz sentido; precisamos conseguir gastar o recurso público, precisamos conseguir fazer uma licitação, que depois pode ser constatada no Tribunal de Contas pelo segundo colocado na concorrência ou pode haver outro impasse, como, por exemplo, depender de uma desapropriação e a Justiça impedir. Por isso, conseguir gastar o dinheiro público direito é uma virtude.

Vamos examinar um pouco melhor o orçamento da Subprefeitura do Ipiranga. São 18 milhões para a administração da unidade, incluindo a folha de pagamento. V.Exa. sabe quanto é só de folha?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Quinze milhões para folha de pagamento. Quer dizer, é um recurso cuja destinação não tem como mudar.

Para manutenção de áreas verdes e vegetação arbórea, 7 milhões. Para manutenção de sistema de drenagem, 3,9 milhões. Para a Tapa-Buraco, 2 milhões, 195 mil. Para manutenção de vias e áreas públicas, 789 mil. Para outras ações, 521 mil.

Agora, para se ter outro panorama do orçamento da Subprefeitura do Ipiranga, vamos analisar por outro aspecto. Neste outro tipo de detalhamento do orçamento, por exemplo, para a administração dos Conselhos Tutelares, 1,6 milhão em 2018; 1,6 milhão em 2019 e nada em 2020. Isso porque a administração dos Conselhos Tutelares, cujas sedes estão nas subprefeituras, vai passar para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Por isso, o recurso que estava na subprefeitura não está mais porque não é mais a subprefeitura que vai se encarregar dessas despesas.

Vejam, portanto, que, quando o orçamento diminui, às vezes é por razões que não têm nada a ver com ter menos recursos, mas ter menos responsabilidade, nesse caso também. Em compensação, para manutenção do sistema de drenagem, já foi 1,9 milhão em 2018, 3

milhões em 2019 e, para 2020, há uma proposta de 3,9 milhões.

Isso é para mostrar que, para se ter uma visão completa do orçamento, implica analisar muitos aspectos diferentes. Senão poderemos constatar que há um milhão a menos, mas seria porque não estava mais o Conselho Tutelar sob a responsabilidade da subprefeitura.

Para manutenção e operação de serviço de guias e sarjetas, não teve nenhuma dotação com esse nome em 18 e em 19, mas tem lá 2 milhões, 195 para 2020. Manutenção e operação de áreas verdes e vegetação arbórea 4.900, depois 8.200 e 7.700 milhões para o ano que vem. É menos do que o 8 orçado, mas é mais do que foi gasto até agora.

Então é só uma descrição geral.

Vamos olhar agora as outras subprefeituras. Aliás, desculpe, pode voltar lá.

A Lei Orçamentária tem, sei lá, 20 páginas, aí vêm os anexos. Juntando todos os anexos têm mais de 900 páginas. Um deles, esse volume 7, é o que traz as ações detalhadas, tanto quanto possível, por região.

Por que tanto o quanto possível? Porque tem despesa que é difícil localizar geograficamente. Mas em muitos casos isso é possível. Então se você der uma busca aqui e ali, como o Ale já fez, por Ipiranga, vão aparecer muitas despesas que não são da Subprefeitura do Ipiranga, mas despesas que serão realizadas no Ipiranga, despesas da Secretaria de Habitação, da Secretaria de Educação, naturalmente, da Secretaria de Saúde e assim por diante.

Então quem quiser se apropriar ainda mais da provisão orçamentária pode entrar no *site* da Secretaria da Fazenda que vai encontrar todos os volumes de 1 a 7, o texto do Orçamento e uma gigantesca planilha de *Excell* com todos os números do Orçamento, sendo possível organizar e filtrar conforme o interesse de cada um.

Vamos passar para a visão geral das outras subprefeituras. Eu me detive mais na Subprefeitura do Ipiranga para dar o exemplo da quantidade de coisas que têm para ser analisadas, mas não vou detalhar de cada subprefeitura. A menos que haja uma demanda a gente pode fazer isso.

Subprefeitura de Vila Mariana teve um aumento significativo de 26% em relação ao que foi orçado em 2019. Principais despesas da Vila Mariana, acho que a gente tem um *slide* com as principais. Com a administração da unidade também, essa é a despesa mais significativa 18 milhões.

Eu fui Subprefeita da Lapa, em 2009. O orçamento da Lapa era de 26 milhões para o ano, 14 folha de pagamento. Então a folha de pagamento tem um peso grande sempre nas despesas da subprefeitura.

Manutenção e operação de áreas verdes e vegetação arbórea 13 milhões; drenagem 4.400 milhões; guias, sarjetas, vias e logradouros 4,2 milhões; tapa buraco 3,9 milhões; manutenção de vias e áreas públicas 2,6 milhões; outras ações 214 mil e 713 reais; lembrando que podem surgir outras ações a partir das emendas parlamentares das sugestões dos Vereadores.

Finalmente, a Subprefeitura da Sé teve um aumento grande nas despesas correntes, não nos investimentos. Pode passar.

Só com a administração da unidade, a Sé consome 29 milhões; áreas verdes e vegetação arbórea 23 milhões; drenagem 12 milhões; guias, sarjetas, vias e logradouros 22 milhões; tapa-buraco 4,3 milhões; manutenção de vias e áreas públicas 6,5 milhões; outras ações 1,5 milhão.

Lembrando também que uma boa parte dessas ações de urbanismo como calçadas, vias, vai ter previsão de um gasto muito grande de recursos vindo do Fundurb, que tem uma previsão grande para obras em vias e calçadas, tem também recursos do FMSAI, mas esses vão principalmente para Habitação, enfim, além, do orçamento das secretarias e das subprefeituras tem os fundos, a partir dos quais também são empregados recursos no território das subprefeituras.

Aqui uma visão de algumas outras secretarias a de Educação tem um aumento, tem sempre um aumento. Ela tem um mínimo obrigatório que é proporcional ao total da receita de impostos prevista. Pode ir para o próximo.

A gente colocou aqui o Fundo Municipal de Saúde, não há Secretaria de Saúde. Por que isso? A maior parte das despesas da saúde são executadas a partir do fundo, e não do orçamento do órgão Secretaria. Tem o aumento também de 12%. A Cultura com aumento de 6%. A Secretaria do Verde também tem um aumento previsto para o orçamento do ano que vem. E aqui a visão então da nossa página, da Câmara Municipal de São Paulo: saopaulo.sp.leg.br. Tem várias maneiras de chegar aqui, mas tem um *banner*, um destaque, para o orçamento de 2020, onde se pode obter mais informações, e, principalmente, deixar registrada uma reivindicação, uma sugestão, uma demanda.

Passamos agora para vocês. Não tem ninguém inscrito antecipadamente, mas quem quiser se dirigir, pegar o microfone por três minutos, se identificar, estejam à vontade.

Eu vou seguir o padrão instituído pelo Presidente Alessandro Guedes, e avisar, quando já tiverem se passado dois minutos e meio, indicando que faltam 30 segundos.

O SR. NORBERTO - Bom dia. Eu estou representando o Vereador Aurélio Nomura, e vou fazer alguns questionamentos a respeito do orçamento.

A Secretaria das Subprefeituras para o ano de 2020 tem um acréscimo de 695,9 milhões, ou seja, 222% sobre os valores aprovados em 2019 – que eram de 313 e passou para um bilhão. Ao mesmo tempo, as subprefeituras como um todo tiveram uma redução de 119 milhões, ou seja, 8,92%, passando de um bilhão, 341 milhões para um bilhão, 221 milhões. Isso sem considerar os recursos provenientes do Fundurb, que, para as subprefeituras, são da ordem de 85 milhões. Então o meu questionamento é o seguinte: qual o motivo de os referidos recursos não terem sido distribuídos para as respectivas subprefeituras? É um processo de centralização? Essa é a primeira questão.

Do total acrescido à Secretaria das Subprefeituras, de 695 milhões, 82%, 568 milhões, se destinam a três ações: pavimentação e recapeamento de vias, com 354 milhões; operação tapa-buraco com 126 milhões; e manutenção do sistema de drenagem, com 88 milhões. O meu questionamento é o seguinte: não seria mais produtivo e eficiente se esses recursos fossem efetivamente aplicados pelas subprefeituras, e a Secretaria exercesse a

função de coordenadora, fiscalizadora? E completando: os recursos para a manutenção do sistema de drenagem não são subestimados?

Eu faria mais uma terceira pergunta: as Subprefeituras da Sé, Vila Mariana e Ipiranga liquidaram – realmente utilizaram – 54%, pelas três, em média, até outubro todos os recursos orçados para 2019. Aqui, na hora em que eu falo, orçados para 2019, estou computando valores atualizados.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Faltam 30 segundos para esgotar o seu tempo. Mas a gente não é super-riguroso, é só para dar uma orientação.

O SR. NORBERTO – Tudo bem, é rápido, Soninha. Diante disso, por que os valores orçados não foram efetivamente aplicados principalmente em 2019? E não é falta de recursos porque a Secretaria da Fazenda tem em caixa recursos livres, em setembro, na ordem de nove bilhões de reais. Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Norberto. O próximo inscrito é Arlindo Amaro, arquiteto.

O SR. ARLINDO AMARO - Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, parabéns à Vereadora Soninha, que está em todas e ao nosso Subprefeito do Ipiranga.

Quero falar sobre o nosso Orçamento.

Na verdade, nós temos um Plano Diretor e um Plano de Bairros, e os dois deveriam andar juntos. O Plano Diretor em seu artigo 345 diz que o Plano de Bairros tem de andar junto com o Plano Diretor, tanto com a lei do Orçamento quanto com a Lei de Zoneamento, mas a gente não vê essas coisas acontecendo. Eu tenho ido a todas as reuniões e sempre é a mesma polêmica: por que o Plano de Bairros não vem acontecendo? O Plano de Bairros foi feito em 2002, já passaram diversos prefeitos e a gente não vê as coisas acontecerem.

O Ipiranga tem a mesma necessidade do que os bairros do Itaim Paulista, de Itaquera, enfim, de outros bairros mais periféricos. Infelizmente, a gente pede que a subprefeitura acompanhe o Plano de Bairros para implantá-lo nos bairros. O dinheiro está aí, o Orçamento está aí, e você pode perguntar: vai aplicar aonde se não tem projeto? É a mesma

coisa dizer: vai na feira comprar banana, chega lá não tem banana. Você volta para casa e fala: infelizmente, não tem o quê fazer porque não tem projeto para isso.

O Ipiranga está totalmente abandonado, não só o Ipiranga, a Cidade inteira está abandonada. Temos um Orçamento fabuloso e não vemos a Cidade melhorando, nem o Ipiranga melhorando. Temos diversas casas abandonadas na Avenida Dom Pedro, no entorno do Parque da Independência. O Parque Bristol, que era um bairro melhor, hoje está deteriorado. O Ipiranga tem 32 km², lá residem 480 mil pessoas. Nós temos 13 córregos no bairro, todos os córregos estão poluídos. E o Plano Diretor fala sobre os Caminhos Verdes, o melhoramento dos parques, e nós só vemos os córregos do Ipiranga, todos abandonados, principalmente o Córrego Ipiranga, que são 10 quilômetros de córrego totalmente poluído com esgoto. O dinheiro chega, o dinheiro volta, o dinheiro vai e volta porque não tem projeto. E o ano que vem, nós vamos ouvir a mesma coisa, sempre ouço a mesma coisa e apanhei muito por isso. Por causa desse Plano de Bairros, que foi feito em 2002, eu apanhei muito e não vemos um projeto sequer apresentado.

No entorno do Parque nós temos aquele terreno de 22 mil m² que a Gafisa, em 2002, queria fazer um prédio. Nós fomos para cima, brigamos, brigamos, e o terreno está lá, abandonado até hoje. Agora diz que o terreno vai ser incorporado ao Parque e deverá ser incorporado porque, à época, houve um decreto do Prefeito Serra.

Então é assim: calma que nós vamos fazer. Eu te dou toda razão, você tem toda razão de falar, mas o bairro e a Cidade estão estragados. Gente, vejam a quantidade de moradores de rua. Em qualquer bairro que você vá há moradores de rua. Falam de 15 mil moradores de rua, não é verdade, temos acima de 30 mil moradores. São 4,5 milhões pessoas morando em favelas, é 1/4 da população da Cidade, e a gente só fica na promessa: o ano que vem eu faço, tá? Você tem razão, o ano que vem faço... Precisamos tomar uma atitude com a Subprefeitura e com o Prefeito, parar de ficar acreditando em promessas, precisamos de realizações.

Fui numa reunião sobre saneamento do Rio Pinheiros, que há 40 anos falam de

saneamento, e agora falam que será daqui a 20 anos. Quem tem 60 anos, com mais 20 anos, estará com 80 anos, o que vai interessar mais o Rio Pinheiros? Na cidade de São Paulo temos 3.500 quilômetros de rios totalmente poluídos. Você não tem um córrego limpo na cidade de São Paulo. São 33.500 km² de calçadas em que você não consegue andar, e a Prefeitura fala que vai ver... Mas nem as calçadas consegue resolver. Não importa se você tem a idade “a” “b” ou “c”, você necessita de mobilidade urbana adequada, mas você não tem. Em qualquer rua em que se anda é degrau, degrau, degrau e a Prefeitura não se incomoda. Diz que a calçada é um problema do proprietário; e, lá na frente, outro fala: não, o problema da calçada é a Prefeitura que vai fazer.

Nessa reunião anterior, sobre a Lei do Zoneamento, o Secretário disse que as calçadas serão um problema da Prefeitura. Gente, são 33.500 quilômetros de calçadas e você pode dizer que 25 mil quilômetros estão totalmente detonados. Você sobe qualquer rua da Cidade, das 135 mil ruas, você não encontra uma calçada decente para andar. Aí você pergunta: o que fizeram as subprefeituras nesses 20 anos, desde 2002, do Plano Diretor? Revisaram o Plano Diretor, em 2006, sem fazer absolutamente nada; revisaram o Plano Diretor em 2014, sem fazer absolutamente nada. Essa lei do Plano de Bairros é uma vergonha. Você vai por esse dinheiro todo aonde, no Ipiranga, mas você não tem projeto?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Arlindo. Agora é o Adriano Bejar, coordenador de Cultura do CEU Parque Bristol.

O SR. ADRIANO BEJAR - Bom dia, gente. Tudo bem? Na verdade, queria aproveitar o ensejo para fazer alguns agradecimentos. Eu acho que a nossa audiência pública regional também permite elogios. Não é, Presidente? Sempre vamos na linha dos questionamentos, e faz bem, mas acho que cabe também reconhecimento e elogio quanto às ações e iniciativas, com o compartilhar, com o tornar público, que é obrigatório, é lei, mas também é dividir pensamentos.

Antes de tudo, em nome da nossa gestora Maria Emília, do CEU Parque Bristol,

sejam todos bem-vindos, muito obrigado! Não sei qual foi o critério, mas muito obrigado por estarem aqui conosco no nosso CEU Parque Bristol.

Hoje um pouquinho, talvez, o nosso teatro está esvaziado, mas acho que por conta de Virada Esportiva, têm ações acontecendo simultaneamente. Mas o importante é que somos poucos, mas somos para sempre e aqui estamos conversando.

Queria também parabenizar o nosso subprefeito do Ipiranga, Caio, e falo nosso porque sou morador do bairro há 40 anos, tenho 41, então sou morador há 41 anos. Então, sou nascido e criado aqui na Vila Brasilina, que é um bairro que faz parte do Ipiranga, faz parte da região do Cursino. Então quero parabenizar o Caio e o Luís Felipe, quando estive na Subprefeitura do Ipiranga sempre foi uma pessoa muito generosa com a gente também, até porque sou Presidente da escola de samba Brinco da Marquesa, não sei se a senhora lembra, em 2004, a senhora nos visitou no baixo viaduto Maria Maluf e estamos lá trabalhando, com a nossa escola de samba, com nosso Carnaval, com a nossa cultura. E hoje o Caio nos ajuda bastante. A questão... quero deixar sempre um abraço também para o Décio, pessoas que colaboram, que nos recebem muito bem lá na Subprefeitura do Ipiranga.

Deixando os entretantos de lado e partindo para os finais diria Odorico Paraguaçu, da novela antiga *O Bem Amado* quero perguntar uma coisa bem simples: qual o critério utilizado, primeiro a Prefeitura aumentou o orçamento da cidade de São Paulo, pelo que entendi, em 13%. São mais recursos para a cidade, então eu acredito que é sintoma de uma boa administração, dê uma boa gestão. Aumentar esse valor, essa disponibilidade de recursos.

Parabenizo o Prefeito e toda a equipe e o Parlamento que agora está lá sob seus cuidados de confirmar esses direcionamentos. Mas qual o critério utilizado, por exemplo, desses valores para contemplar as Subprefeituras? Por exemplo, o critério é o número de habitantes, demanda, extensão? Porque percebemos que a Sé tem um número gigante, creio eu que seja também por uma coisa que era Central. É importante ter essas informações. Qual é o critério. Um dia quero ver a Subprefeitura do Ipiranga com orçamento maior né Caio. Quem sabe com esse número igual da Regional da Sé. Obrigado, sejam todos bem-vindos ao CEU

parque Bristol.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Adriano, por nos receber aqui, pela gentileza. Tem a palavra a Sra. Leila Tupinambá, que é a próxima inscrita e é munícipe da região.

A SRA. LEILA TUPINAMBÁ – Bom dia a todos; bom dia, Vereadora Soninha Francine, subprefeito, representantes, sou moradora do bairro da Vila Mariana e gostaria de saber quais são os projetos concretos para Vila Mariana. Eu já moro há 10 anos e percebo de lá para cá um certo abandono em relação à iluminação pública: tem reduzido o número de lâmpadas de postes, o aumento, o crescimento de árvores, que estão emaranhando os fios elétricos e é muito arriscado para quem passa na calçada, inclusive se ocorrer uma tempestade pode causar uma catástrofe.

Muito me preocupa os moradores de rua que têm aumentado progressivamente, não só Vila Mariana, desde a região da Sé, já circulei um bom tempo por lá, mas na Vila Mariana está tendo um aumento muito crescente de várias barracas e eu queria saber de concreto o que a Prefeitura tem para oferecer a essas pessoas, porque provavelmente elas estão ali por falta de oportunidade, alguma assistência mesmo.

Seria isso e eu quero saber quais são os projetos realmente de concreto para a Vila Mariana porque eu noto que ela tem sido abandonada nos últimos anos. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra a Sra. Lia Cláudia.

A SRA. LIA CLÁUDIA CRACCO – Bom dia, Vereadora Soninha Francine, bom dia a todos na Mesa, subprefeito, plateia, meu nome é Lia Cláudia e sou filiada ao Partido dos Trabalhadores, milito no Partido desde 1988, mas eu não moro mais na Vila Mariana, atualmente moro na Paulista, que é Regional da Sé.

Eu gostaria de me manifestar sobre o problema dos moradores de rua, na Sé, na Vila Mariana, na Paulista, onde eu moro. Entra ano, sai ano e não vemos melhorias nesse problema. Gostaria de saber o que vai ser feito em 2020 a esse respeito.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Rosiene?

A SRA. ROSIENE SILVÉRIO – Bom dia para todos e todas. Cumprimento o pessoal da Mesa. Preciso aparecer? Está bom, mas, no caso, eu não gosto muito de aparecer. Eu cumprimento a Mesa no nome da Vereadora Soninha Francine.

Eu acho que já ouvi umas três ou quatro pessoas falar em relação à população de rua. É óbvio, não é? É perceptível. Não tem como fugir. Quando eu cheguei a São Paulo, há 25 anos, eu vim para ficar por seis meses. Faz 25 anos que eu estou aqui. Você via um ou outro homem, uma mulher e tal. Agora, você vê a família inteira na região da Sé, no Pátio do Colégio. Eu trabalho com eles. Sou Assessora da Vereadora Soninha Francine, mas eu trabalho com população de rua, cracolândia e esse meio, aí. Então, agora, você tem uma situação generalizada.

O censo está em andamento. A primeira fase do censo terminou e já está em andamento. Acho que começou, não sei se ontem ou anteontem, a segunda fase do censo, que está contando. Nós vamos saber, assim que o censo for tabulado. Eu, pessoalmente, baseada em toda a experiência que tenho nessa área, não consigo imaginar menos de 25 mil, mas vamos ver. Quem vai falar isso é o censo, que nós acompanhamos. Eu e a Vereadora Soninha Francine estivemos, até, por uma noite toda, acompanhando o censo. Então, realmente, vocês têm razão nessa questão, porque é muita gente.

Agora, o que eu fico pensando, mesmo, olhando, ali... Eu não entendo nada, bulhufas, de Orçamento. É por isso que eu gosto de vir, porque eu aprendo. O que eu fico olhando, ali, no Orçamento das Prefeituras Regionais, é que, realmente, não há nada previsto, principalmente, na região da Sé, onde é delicada a questão. Eu sou muito chamada, ali, até, para contornar conflitos entre o Poder Público e moradores de rua. A Prefeitura Regional não tem previsão nenhuma de Orçamento para essa área. É claro que a Assistência Social tem, lá, os seus recursos – eu já fui à reunião do Orçamento e vi que é bastante coisa. Se vai dar conta ou não, também, não sabemos, porque o problema é muito grande.

Agora, o que me preocupa? As atribuições das Prefeituras Regionais. Não sei se é

impressão minha, mas parece que as atribuições são muito grandes, porque eu ando muito por aí e vejo. É córrego. É ponte caindo. É um monte de coisa e o Orçamento parece nunca fugir daquilo. Aumenta um pouquinho. Tira um pouquinho. Então, a impressão que dá é que as Prefeituras Regionais estão sempre na pindaíba, com o pires na mão, e as suas questões, ali, são imediatas. A Vereadora Soninha Francine foi Subprefeita. Não sei se eu estou falando mentira. É cortar árvore. Aí, o morador de rua está lá, também. Acaba sendo, ali, uma preocupação, também, e os vizinhos vão lá, à Prefeitura Regional. Quer dizer, é uma série de coisas e a Prefeitura Regional parece estar sempre com o pires na mão. Vai sempre faltar o dinheiro.

Era isso o que eu gostaria de falar.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Há mais uma inscrição? Podemos fazer uma rodada de respostas. Há mais alguém inscrito, já? Alessandra, já vai falar? Pode falar.

A SRA. ALESSANDRA – Eu pensei que houvesse outras pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Então, se quiser ganhar um tempo e ouvir a primeira rodada de respostas...

A SRA. ALESSANDRA – Ah, é melhor, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É. Assim, você aquece. Obrigada. Então, alguém se candidata para começar? Subprefeito do Ipiranga?

O SR. CAIO VINICIUS DE MOURA LUZ – Vou tentar pegar, aqui, alguns pontos que foram falados, alguns mais pontuais são números. Falamos um pouco de córrego aqui, só a Subprefeitura do Ipiranga fez limpeza em 3,1 mil toneladas de detritos que retiramos dos córregos este ano. Um número bastante grande e muitas vezes vamos até o córrego e vemos que continua sujo. Na verdade não é que continua, mas já é uma nova sujeira e esse é um problema muito grande que passamos e envolve conscientização, fiscalização e muitas outras coisas. Conseguimos este ano fazer uma rodada em todos os córregos da região e já estamos

terminando até dezembro a segunda. Então minimamente duas vezes teremos feito a limpeza nos córregos este ano.

Alguma coisa do orçamento, importante dizer, falamos de uma execução. Até respondendo ao Norberto e aproveitando o comentário da Vereadora Soninha, muito do nosso investimento a Subprefeitura do Ipiranga teve até posso dizer, não sei se é sorte o termo, mas até pela proximidade do Bicentenário da Independência, recebemos um número de investimento muito alto. E esse investimento acaba chegando ao final do ano. Mas comparando nós com nós mesmos, no ano passado executamos 10 obras na região e este ano estamos em 40 obras, muitas delas ainda a liquidar o recurso.

Fora isso, o recurso de zeladoria foi 100% empenhado, mas muita coisa às vezes demora a ser pago, liquidado. Nesse caso, eu diria Vereadora, que vamos executar bem mais que os 30 que foi falado. Sete são só de investimento; seis de emendas parlamentares e um do Prefeito Bruno Covas que, inclusive, me dá o gancho para dizer ao Arlindo que com o 1 milhão que o Prefeito Bruno Covas despendeu para a nossa Subprefeitura, nós contratamos e já homologamos uma empresa contratada para fazer a revitalização de toda a Av. Dom Pedro, canteiro central, iluminação e calçadas. A obra já deve começar, só estamos aguardando a autorização da CET, porque isso vai interferir no tráfego local, mas já está contratada e é uma das 40 obras.

Então foram três das 40 com recursos que o Prefeito encaminhou e outras 37 obras com recursos de Vereadores, este ano na Subprefeitura do Ipiranga. Sete já concluídas e por isso talvez a liquidação ainda abaixo e todas as 33 que restam ainda em execução, cuja liquidação se dará aqui até o final do ano ou até estendendo um pouco.

Anexo ao parque, que é uma obra da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, mas temos alguma relação, alguma conversa lá. Na verdade o contrato foi assinado em maio, era um ano de contrato, do qual boa parte incluía a elaboração do projeto. Então apesar de parecer que não começou, não é que não começou, o contrato prevê a elaboração do projeto e a conclusão da obra até junho do ano que vem. Por hora está dentro do cronograma esse prazo.

Falamos de calçada também, a Prefeitura de São Paulo está investindo 400 milhões em calçada. E o critério de escolha foi a partir da PEC, que é um programa emergencial de calçadas. Foi criado ainda na gestão do Kassab e acredito que até na época em que a Vereadora Soninha foi Subprefeita na Lapa, a PEC 2008/2009, e essa será a primeira fase. Esse foi o critério utilizado, são 400 milhões e isso já está começando em oito regiões.

Recurso para obras. Foi falada essa coisa de muitas vezes as subprefeituras não terem recursos. Nós basicamente, nos últimos anos, convivemos com recurso para administração e zeladoria. Os investimentos, que seriam essas ações desde reformas, praças e esse tipo de serviço, vêm ultimamente via emendas parlamentares.

Só este ano, a Subprefeitura do Ipiranga, repito, foram 6 milhões e 100 emendas parlamentares. E mais 1 milhão que o Prefeito enviou de recurso para fazermos obras aqui na região, mas há alguns anos isso não estava acontecendo, esse recurso direto da Prefeitura.

Acho que o Luiz vai falar melhor disso, mas vou entrar na iluminação. A questão da iluminação, a retomada dos processos de iluminação pública e isso serve para toda a Cidade, a Vereadora Soninha, se quiser até acrescentar alguma coisa, com certeza está mais por dentro, mas havia uma PPP prevista, que o Tribunal de Contas quis analisar o edital, isso desde a gestão do Prefeito Fernando Haddad, e esse processo se alisou em dado momento. A Prefeitura ficou proibida de instalar novos pontos de iluminação na Cidade até que fosse concluída a avaliação desse edital. E agora, há um mês, a Prefeitura conseguiu solucionar esse caso. Então, passaram três prefeitos depois disso, para conseguir solucionar isso. Em oito subprefeituras o processo de nova iluminação já se iniciou e o critério utilizado para isso foram os indicadores criminais da Cidade, junto à segurança pública, a Secretaria de Estado de Segurança Pública que repassou isso. E, aí, a partir de então, começou nessas oito e a previsão é de que em janeiro as outras sejam iniciadas.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. CAIO VINICIUS DE MOURA LUZ – Sim. As oito primeiras, eu não vou me

lembrar agora, mas eu sei que o Ipiranga e a Vila Mariana não estão. Mas muitas delas estão nas pontas da Cidade, onde a questão da criminalidade tem indicadores maiores. Então, eu sei que Campo Limpo era um dos lugares, Itaquera e São Mateus também. E agora, a partir de janeiro, todo o resto da Cidade estará contemplado.

O SR. LUÍS FELIPE MIYABARA – Eu sou o Luís Felipe, chefe de gabinete, na Subprefeitura de Vila Mariana.

Eu queria fazer um adendo sobre uma grande obra sendo executada pela gestão do Prefeito Bruno Covas, que é o piscinão na Imigrantes, que vem contemplar toda a extensão da Ricardo Jafet, a Bruno de Moraes, que vai comportar 310 mil litros de águas pluviais. Então, é uma grande obra na Cidade que vem mitigar toda a problemática da Avenida Bosque da Saúde, no entorno do Shopping Plaza Sul, Água Funda, Miguel Estéfano. Então, será um grande piscinão aí.

O Norberto, assessor do Vereador Aurélio Nomura, fez menção à execução orçamentária, trazendo a média das três subprefeituras. No que tange a Subprefeitura Vila Mariana, até para fazer uma evolução histórica, nós tivemos em 2017, fazendo o arredondamento, 39 milhões, executamos 79% do orçamento. Em 2018, 82%. Em outubro de 2019, a execução da Vila Mariana, encabeçada por nosso Prefeito Fabrício Cobra, até outubro, 78%, com a projeção de ser executado 97,44, se a gente conseguir as liberações dos PMOs. Essas são as informações que eu tenho lá.

Com relação à Ilume, o Subprefeito Caio bem mencionou do projeto para 2020, que vai seguir o calor que é através do Infocrim, um sistema de segurança pública, onde as regiões mais afetadas terão a iluminação melhor.

A Ilume é um órgão que não é ligado à subprefeitura, é ligado à Secretaria das Subprefeituras. Nós não temos muitas informações, mas eu me comprometo, na Vila Mariana, a conseguir mais informações para passar.

Com relação às árvores, nós temos um aporte orçamentário para 2020. O subprefeito está trabalhando fortemente para reduzir os estoques de árvores na Vila Mariana,

dos pedidos de poda. Então, eu acredito que em 2020 esse estoque será drasticamente reduzido.

Com relação aos moradores em situação de rua, apesar de não ser um assunto afeito diretamente à subprefeitura, nós, da subprefeitura, realizamos ações de zeladoria nos locais em que se encontra a população em situação de rua. É um assunto mais afeito à Secretaria de Assistência Social, onde, com maestria, a nossa Vereadora Soninha encabeçou. E o que possui a assistência social são os centros de acolhidas. E, nessas ações de zeladoria, a Secretaria de Assistência Social faz abordagens para tentar, em um primeiro momento, o abrigo desse morador, que, em 90% dos casos não é aceito. E por que nós temos essa avaliação de aumento da população? É por conta da sazonalidade. Quando você chega perto do Natal, do Dia das Crianças, esse pessoal, que vem da franja da Cidade, procura áreas centrais para praticar a mendicância. É isso que nós temos em nossa região, na Sé, na Vila Mariana, esse aumento por conta dessa sazonalidade.

Mas, na Subprefeitura de Vila Mariana, a gente executa ações diárias de limpeza, de zeladoria. E, antes dessas ações, como eu falei, a assistência social tenta o abrigo dessa população.

Acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Antes de seguir com as respostas da Mesa, vou chamar, então, a Sra. Alessandra Rocha, que é moradora da região.

A SRA. ALESSANDRA ROCHA – Eu vou ser breve.

Queria cumprimentar a Vereadora Soninha, o Subprefeito Caio e os demais membros da Mesa.

Primeiro eu queria falar que eu fiquei um pouco chateada quando eu cheguei aqui, porque esse CEU é uma referência para nós, em relação à questão de orçamento. E eu pensei que teriam muito mais pessoas aqui. Eu fiquei sabendo ontem já no final da noite e eu esperava muitas pessoas, porque este CEU parque Bristol foi indicado em uma das plenárias de orçamento. Mas eu não sei como isso foi divulgado, enfim.

Eu queria ser bem pontual na questão da saúde. Eu sou moradora do bairro, sou conselheira de saúde de uma das UBSs, a UBS Vila Morais. Moro aqui há muitos anos e a gente participa das questões de cultura, da saúde, de algumas das plenárias de habitação. Há um mês, até teve aqui uma plenária importante da habitação. Então, esses momentos são momentos para a gente discutir política pública, para a gente referendar a nossa região, enfim.

Eu queria ser pontual na questão da saúde. Aqui na região nós temos um mini pronto-socorro, que pega o distrito Sacomã. Só que ele atende até a demanda de Diadema. Ele atende essa população toda do distrito Sacomã e o distrito Cursino. E têm as UBSs. As UBSs, todos os conselheiros têm feito barricada em relação à questão dos Vereadores, pedindo as emendas e tudo o mais, para a reforma, para a compra de equipamentos.

Então, eu queria pontuar isso, que seja a unidade da Vila Morais, Vila das Mercês, Pronto-Socorro Dr. Augusto Gomes de Matos, o Meloni, a unidade do Parque Bristol, Liviero, são unidades fundamentais no atendimento público. Então, neste momento em que estamos vivendo uma crise no País, e regionalmente também não é diferente, temos de fazer um levante, vamos dizer assim, para a questão social, para o Estado atender e, principalmente, assegurar a questão da saúde e da educação, especialmente, nessas unidades que precisam ser reformadas, que precisam de equipamentos, por exemplo, as mulheres que vão fazer mamografia têm que ir lá no Flávio Giannotti, porque na unidade de Vila Morais, Vila das Mercês também não tem.

Então, deixo registrado que é muito importante essa discussão e que venha verba para reformar e complementar a reforma que algumas unidades estão conseguindo fazer, mas precisa de mais verba e mais orçamento nessas unidades e compra de equipamentos para elas.

Em relação à iluminação, ele já falou, e precisa também CDMs, ali, na região de vila Brasilina, Água Funda. Somos muito carentes de equipamentos públicos na área cultural. Nós não temos, por exemplo, um centro cultural. As crianças, as mulheres, a juventude e a terceira idade, quando precisam desse serviço, vêm para o CEU.

Então, se puder ter equipamentos públicos culturais naquela área é fundamental, assim como bibliotecas públicas. Nós temos na região apenas duas bibliotecas: a do CEU e a do Amadeu Amaral. As outras são ficam bem distantes.

Era isso o que eu queria falar.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Pergunto se os representantes das Subprefeituras têm alguma coisa a acrescentar. (Pausa) Então, quero passar a palavra ao representante da Fazenda. Peço que se identifique novamente.

O SR. DANILO – Eu sou Danilo. Trabalho na Secretaria da Fazenda, na Subsecretaria do Orçamento e Planejamento.

Vou tentar, de forma geral, responder os questionamentos de todos e, caso ainda tenham dúvidas, podem me questionar posteriormente.

Com relação ao aumento do orçamento nas Secretarias das Subs, eu não vou ficar questionando ou filosofando, porque é um orçamento mais concentrado ou descentralizado, enfim, por que aumentou tanto?

A Secretaria da Subs realizou uma operação de crédito para recape e pavimentação no valor de 500 milhões, sendo 150 milhões para este ano e 350 milhões para o ano que vem. Foi por isso que teve esse aumento tão grande no orçamento da Secretaria da Subs. Acho que comentaram que o valor seria de 354 milhões, provavelmente, pega uma parte do Tesouro, que são os recursos municipais e outra parte, os 350 da operação de crédito.

Por que ele fica todo concentrado? Porque, se não, todas as Subs teriam que fazer uma operação de crédito. É totalmente ineficiente para nós conseguirmos realizar uma operação de crédito são trabalhos de anos, se não de um ano inteiro, a gente trabalhando junto com a Secretaria, STN, Fazenda, é um processo extremamente trabalhoso e burocrático.

Com relação às calçadas, que comentaram também: hoje, a Prefeitura disponibiliza um recurso de calçadas no Fundurb. Até quinta-feira, o último dia em que olhei, porque sai em férias, nós tínhamos mais de 100 milhões disponíveis. Não são 100 milhões contingenciados ou com previsão para gastar. Nós tínhamos mais de 100 milhões disponíveis para serem gastos.

Por que não foram gastos? A última informação que eu tive foi que estava em processo de licitação, a qual estava sendo finalizada e que o processo de execução vai se iniciar no final desse mês ou começo de dezembro, algo desse tipo.

O critério de distribuição do orçamento para Subs: não participei dessa etapa, nunca participei, então seria bem temerário eu comentar com vocês. Qualquer coisa que eu falasse a respeito seria imprudência minha.

Falaram sobre os projetos da Vila Mariana, poda de árvores. Do ano passado para este, as ações orçamentárias estão destrinchadas. No ano passado tinha um valor muito concentrado em ações de melhorias de bairros, na 23.41. Hoje o orçamento... Vocês repararam, na apresentação de Excel da Soninha, que ela falou que algumas ações não tinham valores dos anos anteriores, porque nós destrinchamos o orçamento para ficar mais claro para todo mundo, para nós da Prefeitura, da Secretaria da Fazenda e principalmente para vocês. Então a gente sabe exatamente em que está sendo gasto, se gastou com tapa-buraco, se gastou com poda de árvores, córregos; fica tudo mais claro e mais transparente para todos. Se não gastou, tem que cobrar. Se gastou, ótimo. Gastou com tapa-buraco e gastou com poda de árvores.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Responder a algumas coisas e dar algumas opiniões também. Às vezes não é uma resposta tão objetiva, mas é uma visão minha, um posicionamento.

Como foi explicado aqui, uma razão pela qual tem tanto recurso alocado na Secretaria e não tanto nas subprefeituras é por causa dessa operação de crédito, dessa captação de recursos. Mas às vezes a gente também até discute isso no Executivo mesmo, na Administração, por causa da eficiência da realização de licitações, em quais casos vale a pena cada subprefeitura fazer o seu processo de concorrência, porque tem características muito específicas, e quando vale mais a pena fazer uma licitação única, concentrada, que atenda à Cidade inteira. Eu chego a conclusões diferentes conforme o caso. Às vezes acho mais prático, mais econômico fazer uma grande licitação, dependendo do que for, e às vezes eu defendo

que tinha que ser mais regionalizado, mais descentralizado. É uma decisão técnica até certo ponto e uma decisão política, no final das contas.

Sobre plano de bairro, eu lamento a quantidade de planos que a gente faz no papel e depois não transforma em ações, efetivamente. Um plano de bairro de 2002 precisa até ser revisto, nesses 17 anos muitas coisas aconteceram. Eu defendo a revisão dos planos e, mais do que isso, que os planos não sejam só um documento final de um processo, com uma lista de desejos e prazos – “até 2020 tem que ter pelo menos xis bibliotecas”. Isso tem que se traduzir num plano, efetivamente, quanto vai precisar de recurso a cada ano para implantar uma nova biblioteca e para manter a biblioteca em funcionamento. Então você tem toda a razão – você também está em todas as audiências – em nos cobrar continuamente isso. Um pouco do Executivo e um pouco é papel nosso, do Legislativo, também puxar esse processo.

Sobre córregos poluídos, boa parte dos investimentos em melhoria de córregos vem de recursos do FMSAI. Não é nem das subprefeituras nem da Secretaria, é aquele Fundo Municipal de Saneamento de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, que é alimentado por recursos da Sabesp. A Sabesp é obrigada a depositar nesse fundo uma porcentagem do que arrecada com os pagamentos de tarifa no território. Esse fundo é um recurso muito importante para habitação e para obras de saneamento, implantação de parques lineares. Então seria o caso de analisar no Fundurb se tem e quais seriam as previsões de investimento com, por exemplo, despoluição de córregos, recuperação das margens. É o caso de se pesquisar.

Em relação às calçadas, já foi dito aqui, de fato eu também acho equivocado atribuir ao proprietário do imóvel a responsabilidade pela calçada. Eu diria que a manutenção sim, mas a reforma, a implantação da calçada... Porque aí cada proprietário faz a sua, e aí tem os degraus, a falta de padrão e até uma série de elementos no passeio sobre os quais o munícipe não tem liberdade de atuar. As árvores, por exemplo, se o munícipe tem uma árvore que destrói o piso da calçada, a responsabilidade da calçada é dele, mas a da árvore é do poder público. Então eu acho equivocado e isso, para mim, demandaria uma mudança. Seria conveniente uma mudança na legislação para dizer “não, a prefeitura implanta e o munícipe,

dentro do que está ao seu alcance, mantém”. Como não é assim, o recurso que a prefeitura encontrou, algumas gestões atrás - quem lutou muito por isso foi a Mara Gabrielli, que era Secretária da Pessoa com Deficiência e hoje está em Brasília -, foi que fosse estabelecido por decreto, fossem estabelecidas rotas prioritárias em que, vamos dizer, a prefeitura não esperaria que os proprietários resolvessem e ela mesma teria permissão para fazer o gasto nessas rotas, antes que alguém acusasse a prefeitura de gastar dinheiro público no que é de responsabilidade privada. Então foi encontrado esse caminho de rotas prioritárias e tem um valor bastante razoável e interessante para implantação de mais rotas prioritárias de calçadas acessíveis, sinalizadas e tudo mais.

Sobre os critérios para recursos para subprefeituras, eu acho que a disputa é mais política do que técnica, porque algumas coisas são praticamente inevitáveis. A Subprefeitura da Sé tem um território enorme, tem necessidade de um número maior de agentes vistoristas, por exemplo. Então só pelo RH, só pelo quadro de funcionários de cada subprefeitura já tem um volume que é diferente, isso é incontornável. Teoricamente, conforme as necessidades mais específicas de cada prefeitura, tem mais ou menos dinheiro.

A Lapa tem uma vegetação, uma população arbórea significativa, árvores muito antigas, árvores muito grandes, então isso justifica que a Lapa tenha mais recursos para poda de árvores do que outras subprefeituras que lamentavelmente não têm tantas árvores assim. Mesmo assim a divisão não é tão proporcional como deveria. A Lapa tem o triplo de população arbórea, mas não tem o triplo do orçamento de outra subprefeitura.

E pode ter certeza de que todas as subprefeituras precisariam ter mais recursos nos seus próprios orçamentos para dar conta do pouco que é atribuição da subprefeitura. As subprefeituras recebem todas as demandas, lidam com todos os problemas do Planeta, com as mudanças climáticas, que afetam radicalmente as subprefeituras, mas têm pouquíssimas atribuições que são suas e o recurso insuficiente para todas elas. Não é à toa que são alguns dos órgãos que mais recebem emendas parlamentares, porque os vereadores, principalmente aqueles que têm relação com uma área geográfica, são muito demandados ou presenciam eles

mesmos os problemas da região. Então um dos orçamentos que mais muda entre a proposta do Executivo e a aprovação na Câmara é o das subprefeituras, porque os vereadores tentam fazer ali as suas contribuições. É uma diferença bastante significativa.

Bom, sobre iluminação pública já foi dito.

Árvores e fiação. A gente tem uma disputa histórica entre a prefeitura e a concessionária de iluminação – era a Eletropaulo, agora é Enel -, porque quando a árvore toca a fiação, a Prefeitura não pode fazer a poda. Quem tem que fazer é a empresa, aliás, a Enel está trucidando árvores na Cidade, já tem uma ação judicial em curso, porque estão fazendo a poda drástica, assassina, eles estão simplesmente liberando a fiação da copa da árvore, não estão podando a árvore. Eles estão abrindo a fiação, uma coisa absurda, mas esse é um embate entre as duas instâncias: o público e o privado. É dramático. A gente, na Subprefeitura, não pode podar uma árvore que entre em contato com a fiação.

Tem poucas pessoas aqui – eu fiquei desapontada, porque a gente tem um grupo de Vereadores, cada um compartilhando as fotos da audiência pública, e tem outras bem mais movimentadas.

Eu acho que a gente errou na organização da audiência pública, quando – não que isso justifique, mas é muito fora da mão para quem é da Subprefeitura Sé, então, acredito que muitas pessoas da Sé iriam para uma audiência pública que fosse mais perto, mais ao alcance. Acho que foi um erro nosso de planejamento na hora de organizar as pessoas. É sempre um desafio. A gente tem que se perguntar sempre como é que devemos fazer para divulgar mais. A regra diz: jornais de grande circulação, *Diário Oficial*. A gente faz isso, mas não é suficiente, até o critério do que seja um jornal de grande circulação, eu acho que a gente tem que rever, porque tem uma norma que diz que é um jornal que tenha não sei quantos exemplares, não me lembro, sete dias por semana. Se você tem um jornal que seja distribuído gratuitamente no semáforo, como o Metro e o Destaque, que não circulam sete dias por semana, e daí? Talvez, eles tenham mais alcance do que um *O Estado de São Paulo*, então, vocês viram: o anúncio foi publicado na *Folha*, no *O Estado*, no *Diário Oficial*, e foi publicado no *site* da Câmara e nas

redes das Subprefeituras – está me dizendo o Subprefeito -, mas nunca é suficiente. É um desafio para que todas essas informações de audiências públicas serem muito mais disseminadas.

Vocês não acreditam a quantidade de audiências públicas que a gente faz na Câmara Municipal – audiências públicas obrigatórias – com projeto de lei de meio ambiente que tem que ter duas obrigatórias; criança e adolescente, duas obrigatórias; além de outras que são realizadas por demanda de alguém, e você faz a leitura do projeto e não tem ninguém inscrito para falar sobre o projeto, e a gente declara realizada a audiência pública daquele PL, mesmo sem que ninguém do público tenha se manifestado em relação a ele.

Então, é uma questão que a gente tem que ficar incomodado mesmo com isso.

Sobre a Saúde, eu tentei abrir aqui, mas não consegui, há um programa, o qual não me lembro se foi batizado de Mais Saúde ou coisa parecida, Avança Saúde? É esse o nome? E que a Prefeitura vai receber um repasse de recursos muito significativo do BID. Tem um caderno com todas as obras previstas: obras de implantação de novas unidades, desde a construção do zero; obras de reforma de unidades existentes, reformas gerais, reformas para acessibilidade e modernização; e bastantes recursos também que são importantes, embora não seja tão visível, para informatização dos sistemas, porque a interface, a relação do Município com a rede saúde ainda é muito antiquada, embora haja umas coisas pontuais, mas o prontuário eletrônico ainda não foi implantado definitivamente, a pessoa tem uma ficha numa unidade e outra ficha em outra.

Então, eu ia abrir para ver quais as previsões de obras de reforma e implantação para esta região, mas não consegui. Sugiro que procurem na página da Secretaria da Saúde deve haver a previsão do Avança Saúde.

Quanto à demanda por investimento em CDM, mais equipamentos de cultura, mais bibliotecas, eu só posso dizer que estou totalmente de acordo. A gente olha para o orçamento e, especialmente, a cultura tem um movimento muito ativo e organizado, a ponto de, todos os anos, a Comissão de Orçamento ter uma subcomissão para analisar o orçamento da cultura e

isso é feito por demanda, de um movimento que está sempre presente lá. A gente tem um Plano Municipal de Cultura publicado em novembro de 2016, que trata da regionalização, dos investimentos, dos equipamentos disponíveis. Então, estamos olhando para isso muito detalhadamente, para os famosos vazios da Cidade, as partes descobertas, como é que a gente garante recurso para manter decentemente o que já existe, que é um problema e como é que a gente prevê a implantação de novos serviços. Uma boa notícia, uma das metas do Plano de Cultura é buscar fontes alternativas de financiamento, não ficar dependendo só do orçamento, do recurso do Tesouro Municipal da Secretaria de Cultura.

A Secretaria de Cultura muito habilmente conseguiu uma parte dos recursos do Fundurb, porque viu que era possível enquadrar nos critérios para o uso do Fundurb para investir em acessibilidade e segurança dos equipamentos culturais. Então, se olharmos no orçamento da Secretaria de Cultura você não vê esse recurso. Mas, quando você olha no Fundurb, dependendo de como se analisa, tem um recurso muito grande para acessibilidade e segurança dos equipamentos, porque é aquela coisa que volta e meia aparece na televisão, o teatro municipal de bairro não tem as condições de segurança que a Prefeitura exige de qualquer edificação. Então, pelo menos tem uma previsão boa para isso.

E, finalmente, o assunto que foi mencionado mais vezes, que é a o da população em situação de rua. É um problema que eu imaginava que todo mundo sabia que era complexo, mas tive de lidar com algumas dificuldades na minha passagem na Secretaria de Assistência Social, com pessoas que achavam “não, é simples, é só você fazer tal coisa que vai funcionar”, “é só você fazer um centro de acolhida bacana, confortável, com mobiliário novo em folha que vai dar tudo certo” e eu tenho a certeza de que não é assim. A gente não vai oferecer boas alternativas de atenção à população em situação de rua continuando com o modelo antiquado de construir albergues gigantesco para 500 pessoas, cada dormitório com 40 camas beliche, 80 pessoas dividindo, a contragosto, um espaço sem o mínimo de privacidade, sem o mínimo de direito à intimidade, com pouquíssimos banheiros e chuveiros para serem divididos entre centenas de pessoas, sem ter direito nem ao acesso aos seus bens,

porque tem que ficar no bagageiro, sem ter a tomada para carregar o celular. Esse modelo produz uma notícia assim: “olha, mais mil vagas, mais 20.000 vagas”. Mas, não é nisso que precisamos investir para fazer o atendimento à população em situação de rua, não funciona. As pessoas dizem: “ah, o morador de rua não quer ir para o albergue”. Eu digo: “olha, o albergue não quer morador de rua”, ele quer outro tipo de ser humano, que é superpontual, é um regime de exército para uma população que tem uma condição muito longe de ter uma disciplina rígida, que a gente não aceitaria. A gente não aceitaria ficar num lugar com 80 pessoas que eu não conheço, que eu não gosto, que apaga a luz às dez da noite e acende às seis da manhã.

Então, felizmente isso já vem sendo amadurecido há um tempo e é decisão da Secretaria Municipal de Assistência Social investir dois bilhões na abertura de repúblicas. Repúblicas têm outro modelo, é uma residência compartilhada por um grupo menor de pessoas. República pode ter 15, 20 pessoas, um dormitório para quatro e elas têm acesso à cozinha, têm a chave da porta, não é esse tratamento de colégio interno, como acaba sendo o do albergue.

Falando em termos de orçamento e esse problema supercomplexo da população de rua, tem essa destinação de recursos para mais repúblicas e menos crescimento de vaga no albergue. Você tem que manter as vagas que já existem, você não vai fechar vaga, mas são duas curvas, essa aqui descendente, em vez de abrir novos grandes albergues, abrir mais e mais repúblicas e fazer outro tipo de atendimento.

Outra providência importante, o investimento em locação social pela Secretaria de Habitação, durante muito tempo, assim, população de rua é assistência social e tem uma demanda grande, o movimento também é superorganizado para que sejam ofertadas unidades de moradia num regime de locação social, quer dizer, um aluguel bastante acessível, que comprometa bem pouquinho da renda oferecida pela Secretaria de Habitação. Tem um prédio que foi já concluído e tem esse modelo, começou também há dois governos e só foi terminado agora. Mas, a avaliação geral de quem mora no prédio, de quem participou do processo é que esse modelo funciona muito bem e a Secretaria de Habitação tem a previsão de, se não me

engano, nove edifícios na região central, que serão reformados. E na região central também, que é como tem de se, onde tem tudo para as pessoas, onde tem um terreno vago bem longe de tudo serão oferecidas muitas novas moradias de locação social para a população em situação de rua com recursos da habitação e do Fundurb.

As equipes de consultório na rua e de CAPS, porque afinal as questões de saúde mental tem uma ocorrência muito forte em população em situação de rua, lógico, associadas ou não ao uso nocivo de drogas. Então, também tem um aumento previsto em CAPS, SIATs, que é um serviço novo da saúde mental voltado principalmente para pessoas em cenas de uso, a mais conhecida delas é a cracolândia.

Tem também uma previsão de mais recursos do POT – Programa Operação Trabalho, sendo executados pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico. Essa também é uma demanda muito grande da população em situação de rua. Muitos não têm condição biopsíquica, mas muitos têm e querem trabalhar e têm a maior dificuldade de passar na recepção de serviço de colocação profissional. Então, o Programa Operação Trabalho faz essa inserção, a população de rua pede muito e tem audiência pública da assistência social e do trabalho vem essa demanda muito forte. Queremos mais vagas de POT e está previsto um crescimento.

E, finalmente, o que não diz respeito tão diretamente a projeto de lei do orçamento do ano que vem, mas tudo a ver com população em situação de rua, a gente aprovou na Câmara há uns dez dias a Lei da Política Municipal da População em Situação de Rua. É um projeto que o Suplicy coordenou a primeira fase quando ainda era Secretário de Direitos Humanos e agora é Vereador. Então, quando ele era o Secretário, a política da população em situação de rua foi publicada na forma de uma portaria intersecretarial, que não tem a mesma força e agora foi aprovado como lei. A Lei da Política Municipal da População em Situação de Rua descrevendo melhor o que é que cabe a cada secretaria, todas as ações de populações em situação de rua; cultura, lazer, trabalho, acolhimento, atendimento. Não é algo que só porque agora tem a lei vai funcionar tudo muito bem, mas as atribuições de cada órgão ficam

mais definidas, porque de fato nas subprefeituras chegam as demandas do tipo assim “você têm que tirar os caras de lá” e não é assim.

Então, agora fica mais claro tudo o que precisa ser feito, não é só passar a Kombi do CEAS e falar assim: “ah, eles não quiseram ir para o albergue, desculpa não tem mais nada que a gente possa fazer”, os serviços de abordagem na rua, de consultórios na rua principalmente, os que têm funcionam incrivelmente bem e precisa ter muito mais do que isso.

Ainda temos algum tempo, segundo o calendário previsto, não sei se algum de vocês gostaria de fazer alguma nova manifestação, por favor. Podem vir à frente, peço que vocês se apresentem de novo e vou marcar três minutos para cada fala.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS – Sou Arlindo Amaro dos Santos, morador do Ipiranga.

Soninha, a Lei do Plano de Bairros foi revisada em 2016, é a Lei 15.537 e eu comecei falando do Plano de Bairros do ano 2000. Ele foi sendo revisando junto com o Plano Diretor.

Quanto à questão das calçadas, o Secretário falou que tem em torno de cem milhões de reais para serem implantados e a gente fica sabendo também que a cidade de São Paulo tem 78 bilhões de reais arrecadados das outorgas onerosas. Então, por que esse dinheiro não é distribuído na Cidade?

Outra coisa que você comentou sobre o plantio de árvores, até o Caio está fazendo um projeto sobre as melhorias com planejamento de fazer o plantio de árvores, porque realmente as árvores são plantadas aleatoriamente, o cidadão vai lá, planta uma árvore e ponto final.

Na questão das calçadas, o que acontece? As pessoas resolvem o problema de acesso do veículo na calçada e não existe um controle da Prefeitura. O que precisa ter e a lei manda fazer isso? Ter uma fiscalização rígida quando o cidadão levanta simplesmente a calçada e fala simplesmente: “não, eu já conversei na subprefeitura”. Ele levanta a calçada da maneira que acha melhor. Perto da minha casa uma senhora afundou uma calçada meio metro

ou mais, fez uma rampa no começo da calçada para entrar com o carro dela e foi aprovado, quer dizer, falta o quê? Falta controle da subprefeitura de fiscalizar esse pessoal que faz a calçada e fala: “olha, eu conheço Fulano de tal e ele já deixou eu fazer”. Isso não é legal.

Como eu falei, o Caio está fazendo um trabalho legal na subprefeitura na questão do plantio de árvores junto com o Cades. Então, tem um planejamento de fazer o quê? A distância das árvores entre uma e outra e para que não sejam plantadas árvores em cima de fiação, porque no futuro a gente vai ter esse problema constante, não só no bairro do Ipiranga, em todas as subprefeituras.

O que mais? O Plano de Bairros, as calçadas e a Secretaria de Desenvolvimento Social. A gente fala assim: “nossa, como é que você vai fazer a contagem das pessoas que moram na rua?” Você vai ter que pôr uma coleirinha em cada um, porque o cidadão, quando veio lá de Barueri, me parece, andou 27 quilômetros para vir até o Centro da Cidade, na cracolândia e foi matar os colegas 27 quilômetros depois. Então, eles rodam a Cidade o dia inteiro. Vocês tem que fazer o quê? Amarrar alguma coisa nesse camarada para identificá-los, porque hoje ele está no Ipiranga, amanhã ele está na Penha, depois em Mauá, volta para São Paulo. É complicado.

Então, eu gostaria que fossem melhor analisados esses assuntos para que a gente não tenha problemas no futuro, porque estamos plantando hoje para colher daqui a dez, 20 anos.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Leila?

A SRA. ROSIENE SILVÉRIO– Rosiene. Tem a metodologia bem interessante e não precisa pôr coleirinha em ninguém, não. Acompanhei a elaboração dos métodos, me mostraram tudo e ninguém põe coleirinha em ninguém não.

Agora, os resultados, os dados, a gente vai ver depois. É claro que todo mundo sabe que morador de rua está no Ipiranga, está em Sapopemba, está em Natércia, onde a Soninha conhece, que é a terra da minha mãe, lá não tem morador de rua, mas tudo bem.

Morador de rua é morador de rua. A gente tem que avaliar isso com muita calma, ninguém põe coleirinha em ninguém não e jamais seria permitido pôr coleirinha, imagina, em hipótese alguma.

Eu queria fazer... esqueci de falar aquela hora em que falei, como é seu nome mesmo? Queria até fazer justiça, porque no nosso acompanhamento de zeladoria dos direitos humanos, a Sub da Vila Mariana é extremamente receptiva. Você esteve, acho que em várias reuniões em que acompanho, né? Você esteve lá e a Sub da Vila Mariana foi uma das que mais a gente teve facilidade de diálogo com as questões da zeladoria, envolvendo realmente a população em situação de rua. Então, eu queria fazer justiça, porque esqueci de falar aquela hora. Tem algumas que a gente sequer consegue conversar, mas a da Vila Mariana não foi o caso, tá bom?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – A Leila e depois a Lia.

A SRA. LEILA TUPINAMBÁ – Bom dia ainda. Meu nome é Leila Tupinambá, sou moradora de Vila Mariana e eu queria pontuar duas coisas.

Primeiro, gostaria que vocês pudessem nos explicar como é o Fundurb, que eu nem sabia que existia, se existem outras fundações, quem administra, de onde vem o dinheiro, quem põe lá dentro.

A outra questão é sobre a regionalização das subprefeituras, porque se o recurso não fica na subprefeitura e quem administra a questão da licitação – estou falando isso por conta da licitação que a Vereadora Soninha falou, que é mais fácil numa secretaria, porque é mais abrangente e fica mais simplificado o processo. Mas, é o seguinte: eu entendo que cada bairro sabe exatamente do que precisa. Então, a licitação, os recursos, têm que ficar mais concentrados no bairro e não depender de um órgão centralizador mais acima para ver como é que vai fazer.

Então, até porque se a subprefeitura não tomar essa frente, daqui a um tempo, não vai ter mais serventia, porque as pessoas vão falar: “por que tem subprefeitura se é tudo

organizado por um órgão que está acima dela?” Então, eu acho que essa questão da regionalização tem que ser sim fixada para justamente manter a subprefeitura, que é quem está em contato mais direto com a população daquela região.

São essas duas questões somente e agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Lia.

A SRA. LIA CLÁUDIA CRACCO – Em primeiro lugar, eu quero agradecer à Mesa pelos esclarecimentos detalhados. Muitíssimo obrigada. Meu nome é Lia Cláudia Cracco e sou militante do Partido dos Trabalhadores da Vila Mariana.

Quero aproveitar o ensejo, a oportunidade, para perguntar sobre as melhorias que vão ser implementadas a partir do ano que vem em relação a trânsito e transporte público. Não vi ninguém citar esse problema aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Subprefeituras?

(NÃO IDENTIFICADO) – Sobre a regionalização, a gente tem realmente as especificidades, mas vale dizer especificamente nesse caso que você tem um aumento grande, por exemplo, para recapeamento e isso é uma coisa que vai acontecer nas 32. Então, independente da especificidade, essa especificidade se dá quando nos foi pedido uma lista de prioridades de vias. Foi passado e publicado no *Diário Oficial* dia 19 de agosto, se eu não me engano, todas as vias de todas as subprefeituras que deverão passar pelo programa de asfalto e recapeamento. Nessa linha, a regionalização das orientações e das prioridades.

Agora, a contratação é igual para todos, é o mesmo produto, que é o produto do recap. Então, esse pode ser feito um contrato só. Acho que esse é um exemplo de que está certo, a questão da regionalização é importante, mas tem casos que são iguais para todos. Independente da regionalização, você tem o próprio, a questão das calçadas. A calçada, você tem um contrato, você tem uma previsão de gasto de 400 milhões com todas as regiões e cada região vai indicar quais são as suas prioridades. Na verdade, no caso das calçadas, vai ser via PEC.

O SR. DANILO – Oi, eu sou o Danilo, da Secretaria da Fazenda. Só uma correção,

não sou o Secretário da Pasta, só trabalho na Subsecretaria do Planejamento e Orçamento.

Sobre outorga onerosa, as receitas do Município, se você pensar, a gente tem três impostos: ISS, IPTU, ITBI, algumas taxas, repasses, IPVA, ICMS. Essas são algumas das receitas que compõem as receitas no Município. No Fundurb, a gente tem algumas rubricas de receita e, entre elas, a outorga onerosa. Então, a outorga onerosa é distribuída internamente para aqueles que compõem o Fundurb. Atualmente, quem compõe o Fundurb? Temos as SemiSubs, Siurb, Cultura, Habitação, e no ano que vem vai ser incluso Transporte. Então, a questão de distribuir pela Cidade, ela é distribuída para as secretarias, como eu citei, e executam dentro do Município.

Deu para esclarecer?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Vou falar um pouco mais sobre os fundos. O volume cinco do orçamento é o demonstrativo dos Fundos. Há muitos Fundos na Cidade e cada um deles tem regras próprias. Então, você tem, por exemplo, o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente em que os recursos são recebidos por meio de doações e esse Fundo tem de ser usado exclusivamente em projetos de atenção à Criança e Adolescente aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. Então, todo ano é publicado um edital, as entidades fazem propostas de projeto, se o CMDCA aprovar, o recurso pode ir para isso. Depois você tem o Fundo Municipal de Trânsito que recebe recursos, por exemplo, dos pagamentos de multa e aí também tem regras e não se pode usar o recurso do Fundo de Trânsito para qualquer coisa. Tem de ser para determinadas funções.

O Fundurb é o Fundo de Desenvolvimento Urbano que também tem diversas fontes de recursos e tem regras de como esse dinheiro pode ser gasto. Então, por isso que a Secretaria da Cultura conseguiu pegar uma parte do recurso do Fundurb porque você pode usar o recurso do Fundurb para reforma de edificações, é uma das finalidades possíveis. Então a Cultura falava: “Tenho edificações para reformar.” Às vezes, o recurso do Fundo além de ele ter essa restrição de para quê vai ser usado, tem um onde também. Quando você tem recurso

de outorga onerosa dentro de um perímetro de operação urbana, o recurso só pode ser utilizado na região da operação Urbana. Quando a gente olha o recurso disponível, pensa que ele está lá disponível e eu posso decidir como eu vou usar. Em 80% dos casos, ele já tem uma predefinição. Você pode decidir se vai ser nisso ou naquilo, mas dentro do que já foi estabelecido.

O volume cinco, no caso dos Fundos, não é muito explicativo. Como disse, cada Fundo tem uma regra, alguns têm conselho gestor, outros não; conselho da sociedade civil; um conselho composto só pelo Executivo, mas pelo menos dá para ter uma visão geral de todos os Fundos que também servem de recursos para investimentos diversos da Cidade.

Outra questão. Sobre o Censo da população de rua, tem uma metodologia que basicamente é aplicada em todas as grandes cidades. Não são muitas que realizam o Censo: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife. Você tem um Instituto de Pesquisa que é sempre contratado para realizar e como, de fato, o morador em situação de rua pode circular bastante pela cidade o Censo é realizado no menor tempo possível. As equipes vão a campo em cada território no menor espaço possível para garantir ao máximo que não tenham contado a mesma pessoa 10 vezes e deixado de contar pessoa porque ela não estava ali no território.

Então, é um mapeamento muito sofisticado, as equipes vão a campo mesmo, possivelmente tem problemas na contagem, inevitavelmente. A gente acompanhou uma noite as equipes e as equipes são compostas também por moradores de rua contratados para trabalhar no censo para fazer uma abordagem que, às vezes, pode ser difícil e também o senso é sempre à noite. Normalmente, depois das 10 horas da noite porque as pessoas circulam menos, elas se fixam em algum lugar e é feito um mapeamento prévio para identificar os pontos de concentração ou onde tem indivíduos e, às vezes, você chega a um lugar que tem uma barraquinha fechada e as pessoas não respondem. O recenseador tenta chamar, identificar, homem/mulher, idade, gênero, mas às vezes ninguém responde. Então aí você tem um pessoal do lado de fora que fala que ali fica um casal, mais ou menos 40 anos.

Então, claro, não dá para ser muito preciso, mas é um censo com a metodologia

bem elaborada, bem cuidadosa.

Sobre trânsito e transporte, tem um fato novo que é o novo contrato de transporte coletivo que mede o serviço – isso é um desafio histórico – e procurou estabelecer indicadores também de qualidade do serviço, porque a gente já teve uma fase na Cidade em que a remuneração era toda baseada no número de passageiros. Aí a empresa ganhava mais quanto mais lotado estivesse o ônibus. É do tempo em que a gente andava com a porta aberta e gente pendurada para fora. Hoje o ônibus só pode circular em São Paulo com a porta fechada. Se não me engano, na gestão da então Prefeita Erundina, foi feita uma mudança de cálculo. As empresas vão receber por quilômetro rodado. Então aí as empresas não têm mais tanto interesse em encher o ônibus de gente, mas podem ter interesse em encher a linha de ônibus. Colocam um monte de ônibus para circular, mesmo que vazio, porque esta ganhando pelo quilômetro rodado. Então é um desafio histórico fazer a remuneração das empresas de ônibus conforme realmente o serviço é oferecido e, agora, o novo contrato prevê alguns indicadores de qualidade, além de leis que já estão bastante avançadas que estabeleceram prazos para renovação da frota, com ar-condicionado, com *wi-fi*, com outra matriz energética, substituição gradativa do motor a diesel para o motor elétrico.

Então, tem uma perspectiva de melhora que não é uma questão tão orçamentária assim, mas da relação com as empresas concessionárias e tem bastante investimento previsto em melhoria de corredor de ônibus. Não lembro, mas é coisa assim de 100 milhões de reais para requalificação de corredores de ônibus. Tem um plano cicloviário sendo aprovado junto com o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte, então, também tem um plano de implantação sendo desenvolvido de uma forma planejada mesmo, sistemática, por que o sistema cicloviário não é só composto de ciclovias, mas de toda uma articulação dos modais. Os cicloativistas também são muito organizados, são muito presentes. Por mobilização dos cicloativistas, o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte passou a ter uma câmara técnica de bicicleta, a ANTP, Associação Nacional de Transportes Públicos, também tem um grupo muito focado em bicicleta.

Diria que por um lado tem perspectivas boas de avanço. Ainda este ano a Secretaria de Educação anunciou uma porção de obras de segurança viária em torno das escolas, é uma demanda gigantesca e represada, tem um estoque de pedidos muito grande e este ano a Secretária conseguiu, agora, no segundo semestre, liberar recursos para isso.

A gente teria tido ontem uma audiência pública específica de Trânsito e Transporte e Segurança Urbana de manhã. Alguns dias antes, a Secretaria de Transporte informou que não poderia ter nenhum representante na audiência pública porque eles tinham alguma atividade muito importante e que estaria todo mundo – SPTrans, CET e Secretaria de Transporte. Então, a gente programou da Secretaria de Transporte participar da audiência pública de segunda-feira de manhã. Então, segunda-feira, será a audiência geral incluindo a Câmara, Tribunal de Contas e também estará presente a Secretaria de Trânsito e Transportes para falar especificamente da pasta, às 10h30, segunda-feira, no Salão Nobre.

Alguém quer fazer mais alguma ponderação?

Nos termos regimentais a gente diria “nada mais havendo a tratar”, mas como isso nunca é verdade, eu diria “muito mais havendo a tratar”, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada a todos que compareceram.